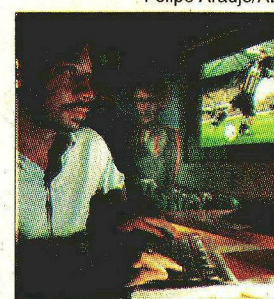


**Sucesso das  
campeãs**  
Consumidor  
brasileiro  
volta a  
comprar as  
marcas  
líderes.  
Página 7

**Novo  
marketing**  
Anúncios  
em  
videogames  
miram o  
jovem  
consumidor.  
Página 10



# E & NEGÓCIOS Economia

SEGUNDA-FEIRA, 19 DE JULHO DE 2004

## Governo já prevê crescimento por dez anos

Economia - Brasil

Mônica Zarattini/AE

**Marcos Lisboa, da  
Fazenda, diz que bastam  
algumas reformas para  
iniciar ciclo de expansão**

FERNANDO DANTAS  
e SUELY CALDAS

**R**IO – O Brasil está em condições de iniciar um período longo de crescimento sustentado, de dez anos ou mais, segundo o secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Marcos Lisboa. Em entrevista ao *Estado*, Lisboa disse que o nível dos investimentos no Brasil – visto como baixo e incompatível com uma retomada de mais fôlego por alguns críticos – não é um obstáculo ao crescimento de longo prazo.

Ele observou que os últimos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram o investimento em rápida recuperação. Mas a sua análise vai além desta constatação. Lisboa vem estudando trabalhos econômicos recentes que buscam determinar quais são os principais fatores que levam alguns países a ingressarem em longos períodos de vigoroso crescimento da renda per capita. Um desses estudos analisa estatisticamente cerca de 80 episódios de países que tiveram crescimento acelerado da renda por períodos de pelo menos oito anos entre 1940 e 1990. As conclusões, na sua interpretação, são animadoras para o Brasil.

“No longo prazo, a relação entre investimento e crescimento vai nas duas direções”, diz, acrescentando: “Mais investimento é tanto causa quanto consequência de maior crescimento”. Lisboa nota ainda que os estudos mostram uma relação clara entre forte crescimento e bons indicadores sociais (educação e saúde) e maior volume do comércio exterior.

Mas um dos pontos cruciais que surgem nos estudos é o vínculo entre crescimento de longo prazo e reformas institucionais. São reformas no mercado de crédito, no financiamento imo-

biliário, na regulamentação e legislação das empresas (visando simplificar e estimular a formalidade), no sistema de inovação tecnológica, etc.

A “boa notícia” das pesquisas recentes sobre crescimento econômico robusto de longo prazo, prossegue Lisboa, é que não é preciso fazer todas as reformas institucionais para dar partida ao processo. “A literatura econômica tem mostrado que, com poucas reformas, um país inicia um ciclo longo de crescimento, de 5 a 10 anos”.

O seu otimismo é justificado pelo fato de que hoje, no Brasil, em iniciativas que abrangem diversos ministérios, várias reformas estão sendo tocadas: a nova Lei de Falências e a Lei de Inovação, incentivos à formalização de pequenos negócios, reforma do Judiciário, a revisão da legislação de financiamento imobiliário e outras iniciativas.

Lisboa explica que esse tipo

de reforma aumenta a produtividade da economia de várias formas, nem sempre bem percebidas. Instrumentos de securitização de crédito, por exemplo, permitem que os emprestadores pulverizem o seu risco, o que reduz a perspectiva de perdas e aumenta a disposição a financiar. “Veja o exemplo de uma cooperativa de crédito em uma região agrícola. Uma quebra da safra pode levar a sérios problemas tanto dos agricultores quanto da cooperativa. Se aquela cooperativa, porém, tem meios de vender aquele risco específico para outras instituições, ela poderia não quebrar ainda que todos os cooperados tivessem graves problemas. Para viabilizar bancos e cooperativas pequenos, é preciso um mercado secundário (de crédito) muito bem desenvolvido.”

**Formalização** – Outro aspecto essencial das reformas é estimular a formalização das empresas. As companhias e os trabalhadores formais são muito mais produtivos que os informais – um dado amplamente comprovado. Lisboa enfatizou também a importância da atua-



O Secretário da Fazenda diz que a inovação tecnológica é típica área na qual o Estado deve atuar

ção do setor público no incentivo à inovação tecnológica. “É uma típica área na qual o Estado tem um papel fundamental, em que o benefício social é maior que o benefício privado”, ele diz, acrescentando: “Em geral, parte dos benefícios da inovação tecnológica não é apropriada por quem a desenvolveu. É como um transbordamento, em que benefícios da inovação são difundidos na sociedade sem a intermediação do mercado”. Nessa área “precisa haver regras institucionais que permitam a difusão das novas tecnologias, que criem um arcabouço para a relação entre os institutos de pesquisa e as empresas privadas”. E também é necessária uma política pública que incentive a inovação de forma direta.

O conjunto de mudanças institucionais iniciado no Brasil, aliado ao equilíbrio macroeconômico recentemente conquistado, é suficiente, para Lisboa, para deslanchar o crescimento sustentado por muitos anos. “Se o País quiser prolongar ainda mais o crescimento, por prazos como 20 anos, então é preciso um processo continuado de reformas e melhorias institucionais”, ele explica.

“Um processo de aperfeiçoamento institucional, mesmo

que pequeno, dá partida a um ciclo de crescimento, e a sua preservação ao longo do tempo depende da continuação do processo de aperfeiçoamento; é como uma fábrica, uma empresa, que tem que estar sempre se atualizando, não pode se afastar muito da fronteira tecnológica e perder competitividade.”

Para o economista, “o que houve no Brasil é que o País passou tantos anos com a questão macroeconômica sendo um problema, com instabilidade, que o resto parou. Em muitos casos, o desenho institucional se tornou inadequado às mudanças econômicas durante aquele período”.

“Enquanto o resto do mundo foi melhorando o sistema de defesa da concorrência, suas leis de falências, seus procedimentos para fechamento e abertura de empresas, e foi criando no-

vos e sofisticados instrumentos de crédito, securitização, etc., nós ficávamos discutindo problemas macroeconômicos, que eram muito graves, e que estavam na ordem do dia”, diz o secretário. Agora, há um acúmulo de tarefas institucionais.

“Hoje temos um ambiente macroeconômico no qual aqueles desequilíbrios principais estão resolvidos. Temos uma estrutura de dívida sustentável, carga tributária estável, e não há desequilíbrios fiscais que levem à necessidade de aumentar a relação dívida/PIB, a carga

tributária ou que gerem uma possível pressão inflacionária. Essa estabilidade das contas públicas está na base da consolidação do equilíbrio macroeconômico. Isto vira queda de juros. E, ao mesmo tempo, permite que, finalmente, comecemos a trabalhar nos outros problemas.”

**Se o País  
quiser  
prolongar mais  
o crescimento,  
por até 20  
anos, é preciso  
um processo  
contínuo de  
reformas**